

Metrobus
Transporte
Coletivo



ESTADO DE GOIÁS
METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S A
CONTROLADORIA

ATA DE REUNIÃO DELIBERATIVA

Processo: 202400053000352

Interessado: Metrobus Transporte Coletivo S/A

ATA DA 4ª REUNIÃO DO COMITÊ ESTATUTÁRIO DA METROBUS TRANSPORTE COLETIVO S/A, REALIZADA NO DIA 27 DE AGOSTO DE 2024.

1. DATA, HORA E LOCAL: Aos 27.08.2024, às 14:00 horas, na Sala de Reuniões Eixo Anhanguera na sede da Metrobus Transporte Coletivo S/A, situada à Rua Patriarca, nº. 299, Vila Regina, CEP 74.453-610, Goiânia - GO., empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.392.459/0001-03.

2. CONVOCAÇÃO: Foram convocados pessoalmente todos os membros do Comitê Estatutário.

3. QUÓRUM: Reuniram-se a totalidade dos membros do Comitê Estatutário instituído pela Portaria nº. 112/2019, **Lúcio Antônio Arantes - Presidente do Comitê Estatutário; Edir Gomes e Shirlei Márcia de Araújo;** foi instalada a reunião, e secretariada pelo Senhor **Edir Gomes**.

4. DESENVOLVIMENTO – Considerando a Resolução nº. 01/2017 e Portaria nº. 112/2019 da Metrobus, o Comitê Estatutário se reunirá sempre que houver indicação de conselheiros para o Conselho de Administração e Conselho Fiscal. No presente momento, o Comitê deverá se manifestar quanto à análise dos documentos comprobatórios, referente a recondução e dos novos indicados para o Conselho de Administração em conformidade com a Lei Federal 13.303/2016, Art. 32 do Decreto Estadual 10.433/2024, Portaria nº. 82/CGE.

Decreto Estadual 10.433/2024 (63545665)

“Art. 23 O Conselho de Administração terá, no mínimo, 3 (três) conselheiros e poderá contar com 1 (um) membro independente, desde que haja previsão estatutária.

Art. 25 É vedada a indicação para o Conselho de Administração e para a Diretoria-Executiva:

I – de representante da autoridade da regulação a que a empresa pública ou a sociedade de economia mista estiver sujeita, bem como de seus parentes consanguíneos ou afins até o 3º (terceiro) grau;

II – de pessoa que atuou, nos últimos 36 (trinta e seis) meses, como participante da estrutura decisória de partido político ou em trabalho vinculado a organização, estruturação e realização de campanha eleitoral;

III – de pessoa que exerça cargo em organização sindical;

IV – de pessoa que tenha firmado contrato ou parceria como fornecedor, comprador, demandante ou ofertante de bens ou serviços de qualquer natureza com a pessoa político-administrativa controladora da

empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade em período inferior a 3 (três) anos antes da data de nomeação; ou

V – de pessoa que tenha ou possa ter qualquer forma de conflito de interesses com a pessoa político-administrativa controladora da empresa pública ou da sociedade de economia mista ou com a própria empresa ou sociedade.

Parágrafo único. *O disposto nos incisos deste artigo não se aplica a empregado da empresa estatal controladora quando inexistir grupo econômico formalmente constituído.*

Art. 26. Os prazos de gestão dos administradores serão unificados e não ultrapassarão 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Parágrafo único. *Atingido o limite previsto no caput deste artigo, o retorno do administrador somente poderá ocorrer após o transcurso de 1 (um) prazo de gestão.*

Portaria nº. 82/CGE (64164417)

“Art. 1º A Controladoria-Geral do Estado de Goiás inspecionará o preenchimento dos requisitos e vedações para a indicação de membros do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal das empresas estatais de menor porte do Estado de Goiás, nos termos dos arts. 5º a 7º do Decreto nº. 9.402, de 07 de fevereiro de 2019 (revogado pelo Decreto nº. 10.433/2024), que dispõe sobre as regras de governança e o tratamento diferenciado para as empresas estatais de menor porte, conforme a Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

Art. 4º Sempre que houver nova indicação ou recondução de nomes para cargos dos Conselhos de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal das estatais de pequeno porte, deverá ser encaminhada à CGE a Ficha de Cadastro para Membros do Conselho de Administração ou da Diretoria ou do Conselho Fiscal, devidamente preenchida e acompanhada da documentação, conforme modelos anexos.”

4.1. Inicialmente, informamos que a Metrobus Transporte Coletivo S/A possui Comitê Estatutário (comitê de elegibilidade), constituído com intuito de auxiliar os acionistas na verificação da conformidade da documentação e avaliação dos membros indicados para o **Conselho de Administração** e **Conselho Fiscal**, conforme descrito no Art. 32 do Estatuto Social e previsão de auxílio ao acionista controlador no artigo 10 da Lei 13.303/16 (63545787).

Art. 10. *A empresa pública e a sociedade de economia mista deverão criar comitê estatutário para verificar a conformidade do processo de indicação e de avaliação de membros para o **Conselho de Administração** e **para o Conselho Fiscal**, com competência para auxiliar o acionista controlador na indicação desses membros.*

5. DELIBERAÇÕES: Realizou-se a 4ª Reunião do Comitê Estatutário da Metrobus do ano de 2024 para verificar a conformidade nas indicações, pelo Estado de Goiás - acionista Controlador da Metrobus, representado neste ato pela SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO, através do DESPACHO Nº 207/2024/SGG/GABSAD-21152 de 26 de junho de 2024 (63238687), a recondução dos membros para o Conselho de Administração: **DORCILO RABELO** e **LISANDRO COGO BECK** e novos indicados **MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL** e **HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA**, todos submetidos a verificação do Comitê Estatutário da Metrobus, instituído pela Portaria nº. 112/2019 (59137852).

6. Foram analisadas as documentações apresentadas pelos membros indicados para comporem o Conselho de Administração da Metrobus para um prazo de mandato de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas conforme dispõe o art. 26 do **Decreto Estadual 10.433/2024 (63545665)**, foi informado aos membros do Comitê que o Estatuto Social da Metrobus está sendo reformulado para adequar as determinações do Decreto Estadual 10.433/2024, o qual será submetido a análise e aprovação na Assembleia Geral que será realizada no ano em curso.

6.1. Dentre vários pontos importantes que serão inseridos no Estatuto Social, destacamos o art. 18 e parágrafo único do Decreto Estadual 10.433/2024, que dispõe:

Art. 18. *Os administradores e os Conselheiros Fiscais das empresas estatais, inclusive os representantes dos empregados e dos acionistas minoritários, devem participar, na posse e anualmente, de treinamentos específicos disponibilizados pela empresa estatal que tratem:*

I – da legislação societária e de mercado de capitais;

II – da divulgação de informações;

III – do controle interno;

IV – do Código de Conduta e Integridade;

V – da legislação que dispõe sobre a responsabilização administrativa e de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, nacional ou estrangeira; e

VI – dos demais temas relacionados às atividades da empresa estatal.

Parágrafo único. *É vedada a recondução do administrador ou do Conselheiro Fiscal que não tiver participado do treinamento anual disponibilizado pela empresa estatal nos últimos 2 (dois) anos.*

6.2. No que dispõe o parágrafo único, quanto a recondução do administrador, deixamos de considerar, visto que nos termos do art. 41 do Decreto 10.433/2024, as empresas estatais terão que promover as adaptações necessárias à adequação ao disposto no Decreto em 18 (dezoito) meses da data de sua publicação, ou seja, considerando que o Decreto foi publicado no Diário Oficial do Estado em 08/04/2024, a exigência do parágrafo único, só passará a ser exigida na próxima recondução caso houver.

7. O Comitê Estatutário, opinou por unanimidade, acerca de ausência de óbices sobre o preenchimento dos requisitos e a ausência de vedações para a indicação dos membros reconduzidos e os indicados, manifestando pela conformidade no que se refere ao preenchimento dos requisitos legais Estatutário e Decreto Estadual nº. 10.433/2024 nas indicações, considerados elegíveis nos termos do artigo 1º, inciso I da Lei Complementar nº 64/1990 (64165125), bem como estão aptos a integrarem o Conselho de Administração da METROBUS como titulares os seguintes membros:

7.1 DORCILO RABELO, brasileiro, Economista, portador da carteira de identidade 1045582-7957750 SSP-GO, inscrito no CPF 228.955.071-04, natural de Ipameri – GO., nascido aos 21/04/1959, filho de Augusto Walter Rabelo e Maria Mezak Rabelo, residente e domiciliado à Av. T-15, snº., Qd. 591, Lt. 5/7, Aptº. 401, Cond. Ed. Leningrado – 15, Bairro Nova Suíça, Goiânia - GO., CEP 74.280-380, o qual apresentou o formulário padronizado devidamente preenchido e assinado, além dos demais documentos que foram verificados individualmente, documentação apresentada conforme quadro abaixo:

REQUISITOS E DOCUMENTOS (64241920)	DORCILO RABELO	
	SIM	NÃO
Cópia da Indicação do Acionista Majoritário (DESPACHO Nº 207/2024/SGG/GABSAD) Processo SEI Nº. 202418037007096	x	
Pessoa natural, residentes no País	x	
Formação acadêmica compatível com o exercício da função	x	
Tenham exercido, por prazo mínimo de 2 (dois) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou Administrador em empresa.	x	
Formulário padronizado devidamente preenchido	x	
Diploma	x	
Currículo	x	
RG/CPF	x	
Título de Eleitor	x	
Comprovante de Endereço	x	
Telefone: (62) 98149-6237	x	
E-mail: dorcilorabelo@cptrans-go.com.br	x	
Certidões Negativas:	x	

7.1.1 Portanto, comprovada a conformidade o Comitê Estatutário, manifesta-se, pela indicação de recondução para o Conselho de Administração da METROBUS o nome de **DORCILO RABELO**, o qual deverá ser confirmado sua indicação através da Assembleia Geral de Acionistas, por ter preenchido os requisitos legais na indicação do Acionista Majoritário.

7.1.2. Portanto, **DORCILO RABELO** a saber:

Formação – Economista, compatível com a exigência do Cargo.

Experiência profissional:

a) Preencheu o formulário optando pelo enquadramento na alínea “a”, item I da letra “F” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, a saber: **I. Assinalar uma das experiências profissionais abaixo que o indicado possui: (X) - a) 5 (cinco) anos no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;**

b) Preencheu o formulário em relação ao item II da letra “G” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, que não possui parente consanguíneo, a saber: **II. É parente consanguíneo ou afins, até o 3º (terceiro) grau de representantes do órgão a que se jurisdiciona a empresa pública ou sociedade de economia mista ou da autoridade da regulação correspondente?;**

c) Apresenta comprovantes exigidos no letra “**H. DOCUMENTOS ITEM COMPROVAÇÃO – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**”, de acordo com as letras “a, c, d,” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo;

CONCLUSÃO – ATENDE AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI, DECRETO, ESTATUTO.

7.2 LISANDRO COGO BECK, brasileiro, casado, Analista Ambiental, formação em Ciências Econômicas, com especialização (MBA) em Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos O FGV (2000), natural de Santiago - DF., nascido em 03/01/1971, filho de Idelfonso Beck e Anair Joana Cogo Beck, portador da Carteira de Identidade nº. 1977817 – SSP/GO, inscrito no CPF 524.237.781-04, residente e domiciliado a Esplanada dos Ministérios, Bloco P, 4º andar, CEP 70.048-900 – Brasília – DF., o qual apresentou o formulário padronizado devidamente preenchido e assinado, além dos demais documentos que foram verificados individualmente, documentação apresentada conforme quadro abaixo:

<u>REQUISITOS E DOCUMENTOS (64201227)</u>	LISANDRO COGO BECK	
	SIM	NÃO
Cópia da Indicação do Acionista Majoritário (DESPACHO Nº 207/2024/SGG/GABSAD) Processo SEI Nº. 202418037007096	x	
Pessoa natural, residentes no País	x	
Formação acadêmica compatível com o exercício da função	x	
Tenham exercido, por prazo mínimo de 2 (dois) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou Administrador em empresa.	x	
Formulário padronizado devidamente preenchido	x	
Diploma	x	
Currículo	x	
RG/CPF	x	
Título de Eleitor	x	
Comprovante de Endereço	x	
Telefone: (61) 2021-5823 / (61) 99976-8892	x	
E-mail: lisandro.beck@fazenda.gov.br / lisandro.beck@gmail.com	x	
Certidões Negativas	x	

7.2.1 Portanto, comprovada a conformidade o Comitê Estatutário, manifesta-se, pela indicação de recondução para o Conselho de Administração da METROBUS o nome de **LISANDRO COGO BECK**, o qual deverá ser confirmado sua indicação através da Assembleia Geral de Acionistas, por ter preenchido os requisitos legais na indicação do Acionista Majoritário.

7.2.2. Portanto, LISANDRO COGO BECK a saber:

Formação – Analista Ambiental, formação em Ciências Econômicas, com especialização (MBA) em Elaboração, Análise e Avaliação de Projetos O FGV (2000), compatível com a exigência do Cargo.

Experiência profissional:

a) Preencheu o formulário optando pelo enquadramento na alínea “a”, item I da letra “F” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, a saber: **I. Assinalar uma das experiências profissionais abaixo que o indicado possui: (X) - a) 5 (cinco) anos no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;**

b) Preencheu o formulário em relação ao item II da letra “G” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, que não possui parente consanguíneo, a saber: **II. É parente consanguíneo ou afins, até o 3º (terceiro) grau de representantes do órgão a que se jurisdictiona a empresa pública ou sociedade de economia mista ou da autoridade da regulação correspondente?;**

c) Apresenta comprovantes exigidos no letra “H. **DOCUMENTOS ITEM COMPROVAÇÃO – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**”, de acordo com as letras “a, c, d,” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo;

CONCLUSÃO – ATENDE AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI, DECRETO, ESTATUTO.

7.3 MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL, brasileira, solteira, Advogada, Pós-graduada em Gestão Pública e, em Direito do Estado e da Regulação, nascida em 16/10/1961, natural do Rio de Janeiro - RJ, CPF MF 762.514.557-00, portador da Cédula de Identidade OAB-RJ nº. 57.644, filha de Yvonne Figueiredo do Amaral e Edvaldo Pinto do Amaral, residente e domiciliada na Rua Ator Paulo Gustavo, nº. 330, apto. 803, Bloco B – Icaraí, Niterói – RJ, CEP 24.230-064, a qual apresentou o formulário padronizado devidamente preenchido e assinado, além dos demais documentos que foram verificados individualmente, documentação apresentada conforme quadro abaixo:

REQUISITOS E DOCUMENTOS (64144759)	MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL	
	SIM	NÃO
Cópia da Indicação do Acionista Majoritário (DESPACHO Nº 207/2024/SGG/GABSAD) Processo SEI Nº. 202418037007096	x	
Pessoa natural, residentes no País	x	
Formação acadêmica compatível com o exercício da função	x	
Tenham exercido, por prazo mínimo de 2 (dois) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou Administrador em empresa.	x	
Formulário padronizado devidamente preenchido	x	
Diploma	x	
Currículo	x	
RG/CPF	x	
Título de Eleitor	x	
Comprovante de Endereço	x	
Telefone: (21) 99806-0942 / 2705-6623	x	
E-mail: monicafamaral@yahoo.com.br	x	
Certidões Negativas	x	

7.3.1 Portanto, comprovada a conformidade o Comitê Estatutário, manifesta-se, pela indicação para integrar o Conselho de Administração da METROBUS o nome de **MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL**, o qual deverá ser confirmado sua indicação através da Assembleia Geral de Acionistas, por ter preenchido os requisitos legais na indicação do Acionista Majoritário.

7.3.2. Portanto, MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL a saber:

Formação – Advogada, Pós-graduada em Gestão Pública e, em Direito do Estado e da Regulação, compatível com a exigência do Cargo.

Experiência profissional:

a) Preencheu o formulário optando pelo enquadramento na alínea “a”, item I da letra “F” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, a saber: **I. Assinalar uma das experiências profissionais abaixo que o indicado possui: (X) - a) 5 (cinco) anos no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;**

b) Preencheu o formulário em relação ao item II da letra “G” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, que não possui parente consanguíneo, a saber: **II. É parente consanguíneo ou afins, até o 3º (terceiro) grau de representantes do órgão a que se jurisdiciona a empresa pública ou sociedade de economia mista ou da autoridade da regulação correspondente?;**

c) Apresenta comprovantes exigidos no letra “**H. DOCUMENTOS ITEM COMPROVAÇÃO – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**”, de acordo com as letras “a, c, d,” da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo;

CONCLUSÃO – ATENDE AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI, DECRETO, ESTATUTO.

7.4 HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA, brasileiro, casado, formado em Engenharia Civil e, mestre em Transporte pela Universidade de Brasília, natural de Brasília – DF., nascido em 06/11/1981, filho de Clisostenes Guimarães Guerra e Dinah Maria da Glória Oliveira Guerra, portador da Carteira de Identidade nº. 2077323 - SSP-DF, inscrito no CPF 933.201.321-72, residente e domiciliado a Q. 207, LT. 03, BL. B, APTº. 1101B, CEP 71.926-250 – Aguas Claras, Brasília – DF., o qual apresentou o formulário padronizado devidamente preenchido e assinado, além dos demais documentos que foram verificados individualmente, documentação apresentada conforme quadro abaixo:

<u>REQUISITOS E DOCUMENTOS (64144252)</u>	HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA	
	SIM	NÃO
Cópia da Indicação do Acionista Majoritário (DESPACHO Nº 207/2024/SGG/GABSAD) Processo SEI Nº. 202418037007096	x	
Pessoa natural, residentes no País	x	
Formação acadêmica compatível com o exercício da função	x	
Tenham exercido, por prazo mínimo de 2 (dois) anos, cargo de direção ou assessoramento na administração pública ou cargo de conselheiro fiscal ou Administrador em empresa.	x	
Formulário padronizado devidamente preenchido	x	
Diploma	x	
Currículo	x	
RG/CPF	x	
Título de Eleitor	x	
Comprovante de Endereço	x	
Telefone: (61) 98623-9104	x	
E-mail: hoguerra@gmail.com	x	
Certidões Negativas:	x	

7.4.1 Portanto, comprovada a conformidade o Comitê Estatutário, manifesta-se, pela indicação para integrar o Conselho de Administração da METROBUS o nome de **HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA**, o qual deverá ser confirmado sua indicação através da Assembleia Geral de Acionistas, por ter preenchido os requisitos legais na indicação do Acionista Majoritário.

7.4.2. Portanto, **HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA** a saber:

Formação – Advogada, Pós-graduada em Gestão Pública e, em Direito do Estado e da Regulação, compatível com a exigência do Cargo.

Experiência profissional:

- a) Preencheu o formulário optando pelo enquadramento na alínea "a", item I da letra "F" da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, a saber: **I. Assinalar uma das experiências profissionais abaixo que o indicado possui: (X) - a) 5 (cinco) anos no setor público ou privado, na área de atuação da empresa pública ou da sociedade de economia mista;**
- b) Preencheu o formulário em relação ao item II da letra "G" da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo, que não possui parente consanguíneo, a saber: **II. É parente consanguíneo ou afins, até o 3º (terceiro) grau de representantes do órgão a que se jurisdictiona a empresa pública ou sociedade de economia mista ou da autoridade da regulação correspondente?;**
- c) Apresenta comprovantes exigidos no letra "**H. DOCUMENTOS ITEM COMPROVAÇÃO – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**", de acordo com as letras "a, c, d," da Ficha de Cadastro para Membro do Conselho de Administrativo;

CONCLUSÃO – ATENDE AOS REQUISITOS EXIGIDOS PELA LEI, DECRETO, ESTATUTO.

8. O Conselho de Administração da METROBUS, após análise prévia da CGE e a indicação validada pela Assembleia Geral de Acionistas, ficará composto com os seguintes membros:

- Conselheiro: **DORCILO RABELO** (recondução)
- Conselheiro: **LISANDRO COGO BECK** (recondução)
- Conselheiro: **MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL** (1ª indicação)
- Conselheiro: **HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA** (1ª indicação)

8.1. Oportuno registrar que esta recondução do Conselheiro **LISANDRO COGO BECK**, constitui, legalmente, **a última recondução possível**, visto que o lapso temporal terá albergado 96 (noventa e seis) meses em **02.05.2026**.

9. Ressalta-se que o mandato dos membros para o Conselho de Administração da Metrobus, **não ultrapassarão 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas**, contado da data da Assembleia Geral de Acionistas, conforme dispõe o art. 26 do Decreto 10.433/2024 (63545665), permitidas, no máximo, 2 (duas) reconduções consecutivas.

Art. 26. Os prazos de gestão dos administradores serão unificados e não ultrapassarão 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas.

Parágrafo único. Atingido o limite previsto no caput deste artigo, o retorno do administrador somente poderá ocorrer após o transcurso de 1 (um) prazo de gestão.

10. Finalizada as verificações pelo Comitê Estatutário, os documentos serão encaminhados a Diretoria Executiva, para em seguida o envio dos mesmos a Controladoria-Geral do Estado de Goiás em cumprimento aos Arts. 32 e 33 do Decreto 10.433/2024, bem como o art. 7º da Portaria nº 82/2020 da CGE, vejamos:

Decreto 10.433/2024 (63545665)

Art. 32. Caberá à CGE analisar previamente o preenchimento dos requisitos estabelecidos por este Decreto sempre que a indicação de membro do Conselho de Administração, da Diretoria-Executiva ou do Conselho Fiscal for realizada pelo acionista majoritário.

Parágrafo único. A CGE poderá determinar a apresentação de documentos e a realização de diligências para cumprir a atribuição prevista no caput deste artigo.

Art. 33. A CGE, responsável pelas análises das indicações de administradores e Conselheiros Fiscais, encaminhará o formulário padronizado para a análise do Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e

Remuneração da empresa estatal, acompanhado dos documentos comprobatórios e da sua análise prévia de compatibilidade, em 15 (quinze) dias corridos após a indicação.

Portaria nº 82/2020 da CGE

Art. 7º-A. Caberá à Controladoria-Geral do Estado a análise prévia sobre o preenchimento dos requisitos a que aludem os arts. 5º a 7º deste Decreto, sempre que se tratar de indicação de membro do Conselho de Administração, da Diretoria ou do Conselho Fiscal feita pelo acionista majoritário.(grifamos)

Parágrafo único. Para cumprir a atribuição a que alude o caput deste artigo, a Controladoria-Geral do Estado poderá determinar a apresentação de documentos e a realização de diligências.

11. – Foi juntado a documentação a ser enviada a CGE, documento que evidencia a receita operacional bruta da Metrobus inferior a R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), com base na última demonstração contábil aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas em abril/2024, referente ao exercício/2023 (64163240 / 64163419).

12. CONCLUSÕES: O Comitê Estatutário verificou individualmente toda a documentação apresentada, leitura e estudo da legislação que regulamenta as empresas estatais, tanto de âmbito federal como estadual, conclui que os conselheiros **DORCILO RABELO, LISANDRO COGO BECK, MÔNICA FIGUEIREDO DO AMARAL e HIGOR DE OLIVEIRA GUERRA**, tiveram seus nomes indicados em conformidade com os requisitos estabelecidos pela Lei 13.303/2016 e Decreto Estadual 10.433/2024, para o mandato de 2 (dois) anos, permitidas, no máximo, 3 (três) reconduções consecutivas conforme dispõe o art. 26, o Comitê Estatutário da Metrobus **manifesta-se, pela conformidade** no que tange o preenchimento dos requisitos legais nas indicações dos Representantes do Acionista Majoritário – Estado de Goiás.

12.1. Em relação a verificação de toda documentação e avaliação pelo Comitê Estatutário (comitê de elegibilidade), tendo o indicado DECLARADO em sua Ficha de Cadastro para Administradores, na Letra G - VEDAÇÕES PARA MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ou DA DIRETORIA, item II **NÃO possuir parente consanguíneo ou afins, até o 3º (terceiro) grau de representantes do órgão a que se jurisdiciona a empresa pública ou sociedade de economia mista ou da autoridade da regulação correspondente.** (Anexas as Fichas de Cadastro para Administradores).

12.2. Toda verificação de conformidade pelo Comitê Estatutário (comitê de elegibilidade) da Metrobus, acompanhada pelo Controle Interno, o qual coube verificar a documentação e a ficha de cadastro apresentados pelo indicado, adotando no presente caso o da **PRESUNÇÃO DA VERACIDADE**, visto que não dispomos de mecanismos e/ou acesso a bancos de dados externos como os órgãos de controles externo.

13. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente do Comitê Estatutário encerrou a reunião, e que para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Presidente do Comitê Estatutário Lúcio Antônio Arantes, por mim, que servi de Secretário da Reunião Edir Gomes e pelo membro presente Sr.ª Shirlei Márcia de Araújo. Goiânia, 29 de agosto do ano de 2024.

Lúcio Antônio Arantes

Presidente do Comitê Estatutário
Assessor de Controladoria da Metrobus

Edir Gomes

Membro/Secretário do Comitê Estatutário
Assessor de Diretoria da Metrobus

Shirlei Márcia de Araújo

Membro do Comitê Estatutário
Funcionária de Recursos Humanos da Metrobus



Documento assinado eletronicamente por **EDIR GOMES, Assessor (a) Especial**, em 29/08/2024, às 10:51, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIO ANTONIO ARANTES, Assessor (a)**, em 29/08/2024, às 10:53, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **SHIRLEI MARCIA DE ARAUJO, Assistente Administrativo**, em 29/08/2024, às 11:07, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **64147304** e o código CRC **5878E9BF**.

CONTROLADORIA

RUA PATRIARCA 299, S/C - Bairro VILA REGINA - GOIANIA - GO - CEP 74453-610 - (62)3230-7511.



Referência: Processo nº 202400053000352



SEI 64147304